



CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL NA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

Diócles Libardi – IPARDES – diocles@pr.gov.br

Eron José Maranhão – IPARDES – eronjm@globo.com

Rossana Ribeiro Ciminelli – consultora – rossana.ciminelli@globo.com

RESUMO

A busca de alternativas energéticas em geral e de combustíveis se colocam no centro das estratégias de desenvolvimento de todos os países. Neste contexto o álcool combustível assumirá grande importância e o Brasil manterá posição de destaque no fornecimento global. As discussões sobre a produção de cana-de-açúcar inserem-se num contexto estratégico e amplo.

O Estado do Paraná é o segundo maior produtor brasileiro de cana-de-açúcar e já possui um significativo parque industrial para o seu processamento para a produção de álcool e açúcar, distribuído em toda a sua região norte.

Numa perspectiva de desenvolvimento regional é importante entender as consequências possíveis, positivas ou não, que o crescimento desproporcional de uma atividade em relação às demais pode causar na estrutura econômica e social da região e seus municípios. Os impactos poderão se fazer sentir em diferentes esferas: na agricultura, na infra-estrutura de transporte e armazenagem, na demanda de trabalho, nos serviços de apoio à agroindústria, na atividade urbana, etc.

As previsões sobre o aquecimento global¹ e as oscilações do preço do petróleo, associado à finitude das reservas, colocam no centro das estratégias de desenvolvimento, em todos os países, a busca de alternativas energéticas em geral e de combustíveis, em particular. Relacionado a isso, o índice internacional de preços agrícolas também tem oscilado, pondo em questão as alternativas energéticas baseadas em biomassa, caso da cana-de-açúcar, por ocuparem terras que poderiam ser destinadas à produção de alimentos. Se esta é uma questão

¹ 4.º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, ONU), "Mudanças do Clima 2007: A Base da Ciência Física".

real ou fruto de oportunismo na disputa pelo controle tecnológico das possíveis alternativas ao petróleo, isto ainda é uma incógnita. Porém, é fato que as terras cultiváveis são finitas e os preços dos alimentos, de modo geral, estão subindo e impactando na inflação, no custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, nos salários.

Ademais, em todo o mundo, a queima de combustível fóssil, por veículos de transporte, é um dos principais responsáveis pela emissão de gases poluentes. Segundo pesquisadores da COPPE/UFRJ, no Rio de Janeiro/Brasil, o transporte rodoviário individual (32%), coletivo e de cargas (28,6%) respondem por 60,6% das emissões totais de CO₂ (RIBEIRO; MATTOS, 2007). Assim, combustíveis não-poluentes, de fontes renováveis, como os produzidos a partir de biomassa, são alternativas com viabilidade crescente e estão atraindo volumes significativos de investimentos, com países e empresas buscando posição nesse mercado. Ou seja, os indícios são de que as alternativas ao consumo dos combustíveis derivados de petróleo deverão ser sancionadas pelo mercado (preço, padrão, fornecimento etc.). Brasil e EUA e outras economias vêm intensificando as negociações no sentido de buscarem transformar o álcool combustível em *commodity* global.

Empresas privadas nacionais e investidores internacionais estão se movimentando muito rapidamente, realizando aquisições, fusões e implantação de novos projetos para a produção de etanol. Assim, parece fora de dúvida que o álcool combustível assumirá grande importância na demanda global de combustíveis, e que o Brasil manterá posição de destaque no fornecimento global.

É justamente o potencial brasileiro para a produção de álcool de cana-de-açúcar que gera preocupações. Possivelmente haverá reforço da posição do Brasil como fornecedor mundial de matérias-primas, com possibilidade de pressão sobre a floresta amazônica, deslocamento da produção de alimentos com aumentos dos preços, aumento da concentração fundiária etc.

Apesar disso, com o nível de conhecimento acumulado desde a produção de cana-de-açúcar até a transformação em álcool, com aproveitamento econômico dos resíduos, na instalação de usina, na fabricação dos equipamentos utilizados no cultivo, colheita e processamento e, além disso, com o desenvolvimento de produtos derivados do álcool, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de indústrias da álcool-química. Assim, do ponto de vista das oportunidades, a expansão da produção de álcool (de cana-de-açúcar e outras biomassas) como *commodity* internacional cria possibilidades de

expansão industrial, em que o Brasil pode se posicionar como fornecedor de tecnologia e equipamentos para a produção e transformação de biomassa em álcool combustível e para a produção de produtos derivados do álcool.

Percebe-se, então, que discussões sobre a produção de cana-de-açúcar inserem-se num contexto muito importante, estratégico e amplo. No entanto, busca-se abordar aqui, em primeiro lugar, uma questão que fica submersa nesse debate, que é o impacto sobre as localidades onde a produção de cana-de-açúcar se apodera das terras, tornando-se atividade principal e, em alguns casos, atividade única. O que acontece com as populações ali instaladas? Qual tem sido, e qual será, a dinâmica populacional dos municípios onde a cana e a produção de álcool e açúcar já estão em atividade há anos e onde essa cadeia produtiva está se instalando? Quais os impactos na estrutura fundiária e na estrutura urbana?

O Estado do Paraná, apesar de uma produção muito inferior à do Estado de São Paulo, é o segundo maior produtor do brasileiro. Toda a região norte do Paraná, que inclui as mesorregiões Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaense, apresenta aptidão ao cultivo de cana-de-açúcar e o rendimento médio geral por hectare cultivado é acima da média nacional, rivalizando com os rendimentos obtidos em São Paulo, o maior produtor do país. Além disso, o Paraná já possui um significativo parque industrial de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar, composto de 29 usinas, muitas delas instaladas nos anos 1980, ainda no auge do PróAlcool² (Programa Nacional do Álcool), distribuídas nos municípios das três mesorregiões do norte do Estado.

Desta forma, o movimento de expansão da produção de cana-de-açúcar e de álcool certamente se fará sentir também na região norte do Paraná, e, na escala estadual e regional, as preocupações com o aumento da produção de produtos primários em larga escala também são pertinentes.

Numa perspectiva de desenvolvimento regional é importante entender as consequências possíveis, positivas ou não, que o crescimento desproporcional de uma atividade em relação às demais pode causar na estrutura econômica e social da região e dos municípios. Os impactos poderão se fazer sentir em diferentes esferas, na

² Programa de substituição de combustíveis de veículos derivados do petróleo por álcool, financiamento pelo governo brasileiro a partir de 1975 devido a crise do petróleo em 1973 e em 1979.

agricultura, na infra-estrutura de transporte e armazenamento, na demanda de trabalho, nos serviços de apoio à agroindústria, na dinâmica urbana etc.

O Norte do Paraná tem concentrado a maior parte dos investimentos produtivos na área sucroalcooleira, tendo como um dos seus determinantes a elevada adequação do solo e clima à produção de cana-de-açúcar. Vários movimentos econômicos ao longo do último século impingiram a esta região dinâmicas sociais e econômicas bastante impactantes.

Foi primeiramente ao longo das décadas de 1940 e 1950, expoente da expansão cafeeira no Paraná, acompanhada de um crescimento demográfico sem precedentes. A partir dos anos 1970, a decadência da produção cafeeira e a substituição pela soja e pela pecuária introduziram uma migração de elevadas proporções, com um processo de esvaziamento populacional inusitado. Assim como foi a região que mais cresceu no Paraná com a expansão do café, foi também aquela que mais perdeu população com a sua substituição pela soja e pecuária.

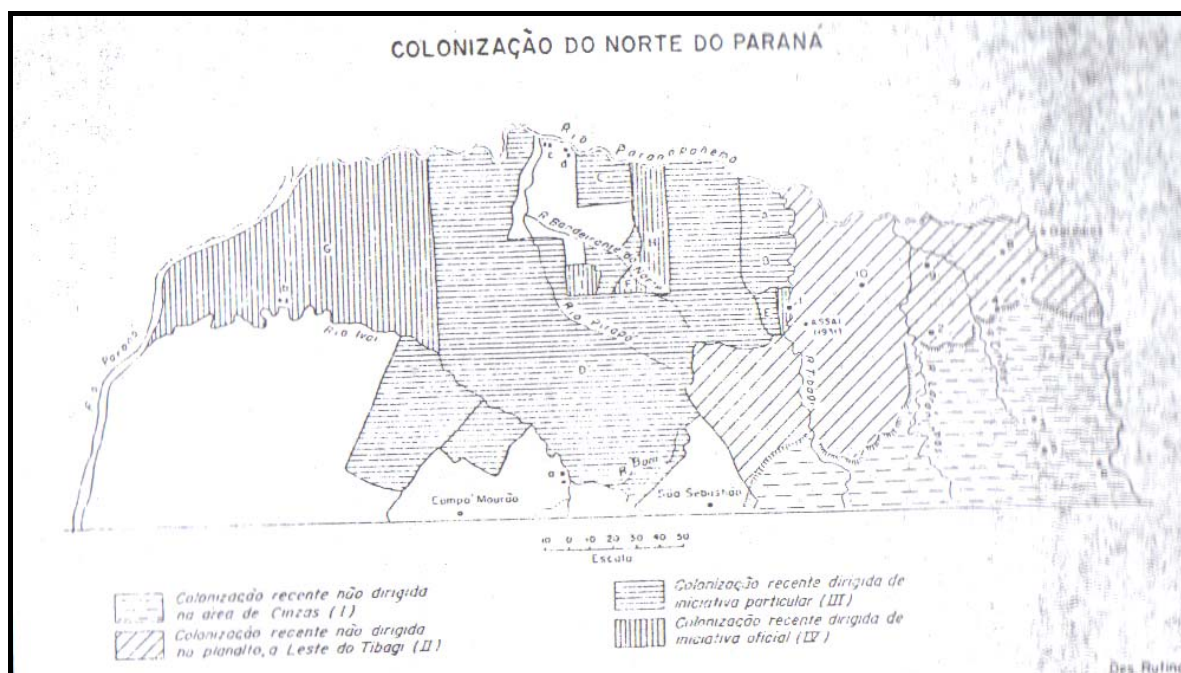
Esse movimento levou à redução drástica da população rural e expansão acelerada da sua população urbana, carente de perspectivas de crescimento das oportunidades de geração de emprego. Acompanhou o envelhecimento da população e a decadência econômica de vários pequenos municípios, aumentando a pressão sobre os serviços sociais dos poderes públicos locais.

O movimento de expansão da produção sucroalcooleira encontra assim uma região com baixa densidade demográfica, elevado grau de urbanização, baixo dinamismo econômico e significativas carências sociais, com perspectivas de elevação da migração para municípios de maior porte. Esse "novo" movimento econômico alimentado pelo binômio cana-de-açúcar-álcool combustível soa, assim, como uma nova perspectiva de desenvolvimento para esta região.

O objeto do presente estudo é justamente discutir até que ponto esse novo padrão de crescimento assentado na substituição das áreas de soja e pecuária pela produção de cana-de-açúcar e seu processamento em álcool e açúcar poderá responder por um modelo de desenvolvimento regional mais justo em termos sociais ou, diferentemente, contribuirá para exacerbar as contradições que compõem o quadro socioeconômico da região.

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO NORTE PARANAENSE

A ocupação efetiva do norte paranaense ou a sua moderna colonização se inicia na segunda metade do século XIX, desdobrando-se da marcha para o Oeste da produção de café. E decorreu de dois processos: um deles, não dirigido ou espontâneo, e, o segundo, dirigido (mapa 1).

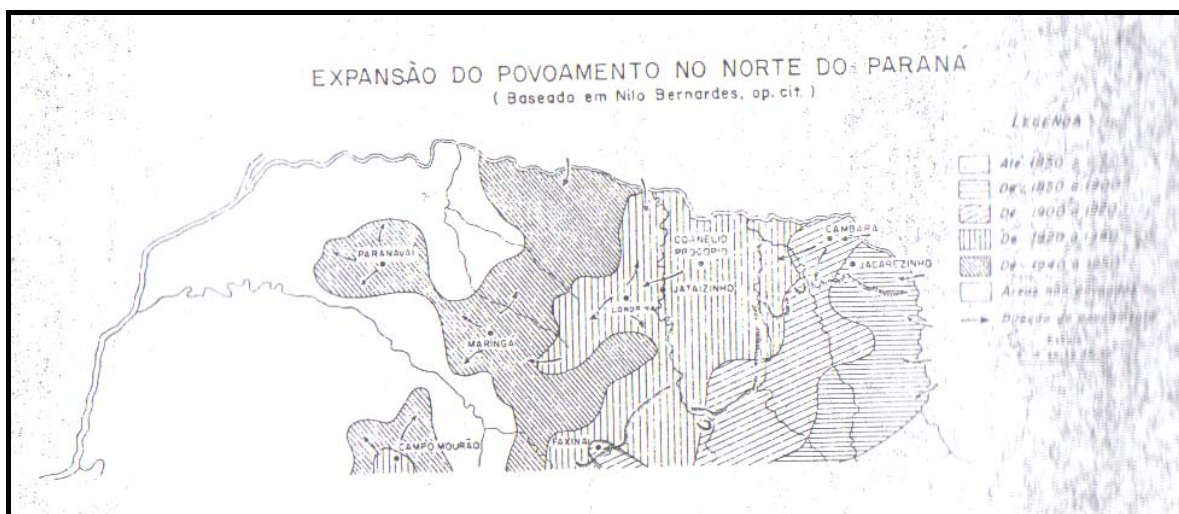


MAPA 1 - COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

FONTE: Muller (1956, p.70)

O primeiro, não dirigido, consistiu no movimento dos fazendeiros paulistas que se instalaram naquela região, como resultado da expansão da produção paulista, reproduzindo ali condições e métodos de produção semelhantes às de origem. Essa expansão da produção paulista se deu sob a égide do crescimento do mercado mundial de café. Um dos condicionantes dessa expansão foi o relativamente baixo preço da terra, permitindo o crescimento através de pequenos e médios estabelecimentos. São dessa época os núcleos de Colônia Mineira (1862), hoje municípios de Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina (1866) e Wenceslau Braz (1867). Nas primeiras décadas do século XX, os fazendeiros paulistas ocuparam as áreas que se estendem até as margens do rio Tibagi. É dessa época a fundação dos município de Jacarezinho (1900) e Cambará. Posteriormente, são fundados Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (mapa

2). Esta ocupação buscava as vastas áreas de terra roxa, apropriadas ao cultivo de café, deixando desocupadas aquelas sem interesse imediato para essa lavoura.



MAPA 2 - EXPANSÃO DO POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ

FONTE: Muller (1956, p.72)

A colonização da margem oeste do rio Tibagi em direção ao rio Paraná se deu em moldes de colonização dirigida. Inicialmente, o governo cede a particulares duas glebas de 50.000 hectares, surgindo Primeiro de Maio, em 1923, e Sertanópolis, em 1924. Estas colônias foram a base para a nova fase de ocupação do Norte do Paraná.

Em 1929, a colonização intensificou-se com a Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês, que comprou do governo do Estado 1.246.300 hectares, fundou Londrina e iniciou os trabalhos topográficos e de definição de lotes e centros urbanos. Em 1933, começou o loteamento. Os lotes variavam de tamanho conforme a localização em relação aos núcleos urbanos. Os mais próximos mediam até cinco alqueires. A seguir vieram os lotes de 5 até 10 alqueires e, então, os lotes maiores de 10 alqueires. Em média, as propriedades tinham 16 alqueires de área total. Quanto à infraestrutura de estradas de rodagem, as ligações entre as futuras cidades e vicinais foram abertas com o loteamento³, enquanto a estrada de ferro acompanhou o avanço da colonização.

Por meio de outras iniciativas, principalmente públicas, prossegue a colonização dirigida do Norte. Surgem as colônias de Ibiporã, Içara, Jaguapitã,

³ Entre 1929 e 1935 a Companhia construiu 3.615 quilômetros de estradas.

Centenário e Paranavaí. O tamanho dos lotes variava de colônia para colônia. Em Centenário prevaleceram as grandes propriedades; em Paranavaí, médias e grandes, e nas demais colônias a ocupação ocorreu basicamente com pequenas propriedades.

O povoamento e a ocupação do Norte Paranaense foram compostos de dois elementos distintos, mas inseparáveis:⁴ a constituição dos núcleos urbanos e a ocupação rural, que, particularmente nas áreas de colonização dirigida, foi feita com base em pequenas propriedades. A esses elementos se associam, como condição necessária, a estrada de ferro Paraná – São Paulo e o cultivo do café, por meio do qual se efetivou a posse da terra.

Desde uma perspectiva de desenvolvimento regional, esse conjunto de elementos de compreensão do passado é igualmente importante para a análise das condições atuais, em face das transformações decorrentes das mudanças na base técnica da agricultura a partir dos anos 1970 e da conjunção de eventos climáticos e de mercado que reduziram a importância do café na pauta de produção da região.

A implantação dos núcleos urbanos seguiu uma lógica hierarquizada. Por exemplo, Londrina, e depois Maringá, foram fundadas para serem "capitais", isto é, para cumprirem as funções mais complexas dentro de uma rede de cidades. A função comum a todos os núcleos urbanos era a de serem centros de abastecimento e coletores da produção agropecuária. E esta função está relacionada ao tipo de colonização e às características da atividade principal. De modo geral, pode-se dizer que as cidades de menor porte (aquelas com menos de 20 mil habitantes), que eram maioria na região, consolidaram-se com funções de agregar a produção agropecuária gerada no seu entorno. Ademais, também exerciam as funções de sediar os governos municipais, onde, quase sempre, se instalava a sua parte administrativa, e de prestar serviços essenciais ao atendimento das necessidades da população ali residente e/ou em sua vizinhança (SINGER, 1973). Ressalte-se ainda a importância da função social das cidades de menor porte no sentido de reforçar os laços entre as famílias, muitas das quais migravam em conjunto e/ou pela proximidade de vizinhança, convivendo em condições similares umas às outras.

As cidades de porte intermediário (entre 20 e 50 mil habitantes), além de agregarem a produção agropecuária, desenvolveram também atividades comerciais e de

⁴ Ver Monbeig (1945) e Müller (1956).

serviços, porém de maior diversificação e qualidade, a exemplo do comércio atacadista de alguns produtos, da oferta de maiores e mais específicos locais de lazer e de prestação de serviços especializados na área de saúde e educação.

O loteamento em pequenas propriedades atraiu grande número de agricultores (ver seção a seguir, que trata da dinâmica populacional), que se instalaram como pequenos proprietários independentes e que traziam pequenos capitais, formando um importante mercado. É, pois, nessa articulação – fundação de núcleos urbanos e colonização em pequenas propriedades – que se assenta a dinâmica populacional e econômica da ocupação do Norte Paranaense. Como dito anteriormente, a atividade cafeeira⁵ é outro elemento do processo. Suas características produtivas demandavam grande contingente de mão-de-obra. Assim, mesmo nas áreas de colonização não dirigida, que eram uma expansão das condições tecno-sociais da produção paulista de café, o contingente populacional era significativo.

Os dados de pessoal ocupado no setor agrícola paranaense, em 1950, exemplificam a mais importante característica das relações de trabalho vigentes na produção cafeeira. Nas zonas fisiográficas⁶ que compunham o Norte do Estado, o pessoal ocupado dividia-se nas seguintes proporções: membros não-remunerados da família, 46,6%, empregados permanentes, 33,8%, e empregados temporários, 19,7%. Ou seja, mais da metade dos ocupados eram trabalhadores assalariados, em especial permanentes, formando um segmento social que ficou conhecido como os colonos do café. É revelador da diferença em relação às demais regiões do Estado que, do total estadual de empregados permanentes e temporários na agricultura, o Norte representava 93,7% e 60,6%, respectivamente, ou 78% do total de empregados, somados os permanentes e temporários (tabela 1).

⁵ Sobre a importância econômica do café para a economia brasileira e paranaense, ver, entre outros, Padis (2006).

⁶ Em 1950, o IBGE adotava, no Censo Agrícola a divisão territorial por zonas fisiográficas, depois alteradas para regiões homogêneas e, atualmente, regiões geográficas.

TABELA 1 - PESSOAL OCUPADO SEGUNDO ZONAS FISIOGRAFICAS - 1950

ZONAS FISIOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO							
	Total		Família		Empregados Permanentes		Empregados Temporários	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Zona de Tomazina	26.447	100,0	13.140	49,7	6.776	25,6	6.531	24,7
Zona Norte	155.928	100,0	59.366	38,1	72.381	46,4	24.181	15,5
Zona de Tibagi	22.041	100,0	12.548	56,9	3.969	18,0	5.524	25,1
Zona do Ivaí	92.125	100,0	52.997	57,5	17.051	18,5	22.077	24,0
Norte	296.541	100,0	138.051	46,6	100.177	33,8	58.313	19,7
Norte/Estado		61,6		49,6		93,7		60,6
TOTAL DO ESTADO	481.355	100,0	278.210	57,8	106.865	22,2	96.280	20,0

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná

Essa enorme discrepância entre as relações de trabalho do Norte Paranaense, comparado ao restante do Estado, em 1950, não se explica pela estrutura fundiária, conforme se pode constatar na tabela a seguir. A distribuição da posse da terra, segundo os estratos de área, tanto no Norte quando no restante do Estado, é muito semelhante (tabela 2). É a atividade cafeeira, em função das suas característica produtivas, que explica a presença e a dimensão do trabalho assalariado na região Norte.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA, SEGUNDO GRUPO DE ÁREA TOTAL E ZONAS FISIOGRAFICAS - 1950

ZONAS FISIOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	TOTAIS				ATÉ 50 ha				50 A MENOS DE 100 ha			
	Estab..		Área (ha)		Estab..		Área (ha)		Estab..		Área (ha)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
ZonaTomazina	4.016	100,0	292.918	100,0	2.685	66,9	59.208	20,2	654	16,3	46.123	15,7
Zona Norte	16.734	100,0	1.191.829	100,0	13.647	81,6	277.738	23,3	1.391	8,3	99.528	8,4
Zona de Tibagi	5.304	100,0	811.541	100,0	3.534	66,6	57.260	7,1	626	11,8	47.262	5,8
Zona do Ivaí	15.002	100,0	1.026.738	100,0	10.246	68,3	212.636	20,7	2.423	16,2	194.737	19,0
Norte	41.356	100,0	3.323.326	100,0	30.327	73,3	606.893	18,3	5.130	12,4	387.680	11,7
Total do Paraná	89.459	100,0	8.032.743	100,0	62.657	70,0	1.321.334	16,4	13.810	15,4	999.391	12,4
Norte/Estado		46,2		41,4		48,4		45,9		37,1		38,8

ZONAS FISIOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	100 A MENOS DE 200 ha				200 A MENOS DE 500 ha				MAIS DE 500 ha			
	Estab..		Área (ha)		Estab..		Área (ha)		Estab..		Área (ha)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
ZonaTomazina	379	9,4	51.786	17,7	232	5,8	70.433	24,0	65	1,6	65.368	22,3
Zona Norte	796	4,8	111.100	9,3	576	3,4	177.905	14,9	324	1,9	525.558	44,1
Zona de Tibagi	552	10,4	77.485	9,5	384	7,2	122.261	15,1	208	3,9	507.273	62,5
Zona do Ivaí	1.544	10,3	211.623	20,6	619	4,1	191.278	18,6	170	1,1	216.464	21,1
Norte	3.296	8,0	452.031	13,6	1.827	4,4	561.931	16,9	774	1,9	1.314.792	39,6
Total do Pr	7.441	8,3	1.032.219	12,9	3.726	4,2	1.145.467	14,3	1.825	2,0	3.534.332	44,0
Norte/Estado		44,3		43,8		49,0		49,1		42,4		37,2

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná

O cultivo de café foi a atividade estruturante, mas a região como um todo pode ser considerada como de policultura. A implantação das lavouras de café seguia

um processo que começava com a derrubada da mata e o plantio entre os troncos de culturas alimentares (milho ou arroz e feijão). No segundo ano começava o plantio de algodão; no terceiro ano continuava o cultivo de algodão e iniciava-se a implantação do café (MONBEIG, 1945). De outro lado, as lavouras de café foram implantadas prioritariamente nas manchas de terra roxa, deixando para outros cultivos e atividades as áreas mais sujeitas a geadas. Adicionalmente, aos colonos do café eram cedidas áreas, dentro da fazenda, para a produção de subsistência, podendo vender os excedentes. A produção excedente era destinada ao abastecimento dos núcleos urbanos e ao mercado paulista.

Segundo Monbeig (1945), o tráfego de mercadorias em direção a São Paulo, transportadas por via férrea, expressa tanto o caráter de policultivo quanto a dinâmica produtiva do Norte do Paraná em processo de ocupação (tabela 3).

TABELA 3 - VOLUME DE PRODUÇÃO TRANSPORTADO POR VIA FÉRREA ENTRE O NORTE DO PARANÁ E SÃO PAULO - 1931-1934

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)			
	1931	1932	1933	1934
Arroz	832	632	929	733
Trigo	820	582	945	1.352
Açúcar	755	558	664	983
Algodão	5	10	270	1.798
Milho	9.593	6.634	15.439	14.548
Café	1.946	1.543	3.480	6.899
Feijão	2.039	1.371	1.365	3.236
Madeira	422	867	6.903	10.745
Porcos	940	3.498	8.590	15.435

FONTE: Monbeig (1945)

Em 1950, a área colhida de café foi de 253 mil hectares; de algodão, 19 mil, e de cana-de-açúcar, 6 mil. As culturas alimentares somavam 223 mil hectares, sendo 163 mil de milho, 40 mil de arroz e 21 mil de feijão. A produção obtida naquele ano possibilitou à região Norte as seguintes participações na produção total do Estado: 57% do milho, 74% do feijão, 87% do arroz, e 80% da produção de cana-de-açúcar. Na produção de café e algodão, a participação da região era de praticamente 100% (tabela 4).

O café seguiu sendo o elemento principal de apropriação efetiva da terra nas décadas de 1950 e 1960, espalhando-se por toda a região Norte, alcançando 1,3 milhão de hectares colhidos, produção de 1,6 milhão de toneladas, obtidas de 917 milhões de pés em produção e mais 176 milhões de pés de café novos (Censo Agrícola de 1960 do IBGE). Na década de 1960, articulada à produção cafeeira e aos serviços por ela demandados para comercialização e industrialização, a população da região Norte, rural e urbana, continua crescendo a taxas superiores às do Estado, reforçando a dinâmica econômica dos núcleos urbanos (ver discussão sobre a criação de municípios nos anos 1960 na região Norte na próxima seção deste trabalho).

Em meados dos anos 1960, a força mobilizadora do café vai se esgotando, tanto por questões de mercado como por razões climáticas, mas principalmente porque a agricultura em geral entrou numa nova fase de acumulação capitalista. As novas técnicas de produção baseadas em insumos industriais e máquinas e equipamentos automotivos aumentam substancialmente o volume de capital fixo na composição do capital total, elevando a produtividade do trabalho agrícola e a escala de produção.



TABELA 4 - PRODUÇÃO, QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA COLHIDA E ESTABELECIMENTOS INFORMANTES, SEGUNDO ZONAS FISIAGRÁFICAS E PRODUTOS SELECIONADOS - 1950

ZONAS FISIAGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CAFÉ						MANDIOCA						ALGODÃO					
	Produção (t)		Área (ha)		Informantes		Produção (t)		Área (ha)		Informantes		Produção (t)		Área (ha)		Informantes	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Zona de Tomazina	11.698	3,9	10.430	4,1	1.222	5,8	1.361	1,2	145	1,6	188	1,5	970	5,2	1.751	9,1	483	15,4
Zona Norte	209.138	69,0	192.589	75,8	11.046	52,3	11.783	10,4	568	6,3	554	4,5	15.505	82,9	14.815	77,1	2.097	67,0
Zona de Tibagi	5.364	1,8	3.063	1,2	436	2,1	5.955	5,3	526	5,9	659	5,3	1.429	7,6	1.580	8,2	266	8,5
Zona do Ivaí	76.520	25,3	47.396	18,7	7.833	37,1	11.224	9,9	1.041	11,6	1.368	11,0	511	2,7	555	2,9	106	3,4
Norte	302.795	99,9	253.559	99,8	20.597	97,6	30.340	26,8	2.294	25,6	2.780	22,4	18.511	99,0	18.795	97,8	3.043	97,2
TOTAL DO ESTADO	303.015	100,0	253.942	100,0	21.106	100,0	113.210	100,0	8.971	100,0	12.436	100,0	18.695	100,0	19.220	100,0	3.132	100,0

ZONAS FISIAGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	ARROZ						CANA-DE-AÇÚCAR						FEIJÃO						MILHO					
	Produção (t)		Área (ha)		Informantes		Produção (t)		Área (ha)		Informantes		Produção (t)		Área (ha)		Informantes		Produção (t)		Área (ha)		Informantes	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Zona de Tomazina	11.683	12,2	7.823	15,0	2.945	10,8	4.898	2,0	285	3,3	223	13,0	2.983	1,8	1.937	4,0	1.530	4,8	38.730	4,1	20.982	6,0	3.236	6,6
Zona Norte	37.526	39,1	19.638	37,6	6.518	24,0	180.219	75,1	5.564	64,0	244	14,3	81.792	48,2	9.077	18,5	3.006	9,3	223.143	23,8	33.791	9,6	5.046	10,4
Zona de Tibagi	4.206	4,4	2.496	4,8	1.680	6,2	3.446	1,4	126	1,4	95	5,6	4.670	2,8	2.040	4,2	2.625	8,1	59.010	6,3	35.593	10,2	3.886	8,0
Zona do Ivaí	29.555	30,8	9.965	19,1	4.260	15,7	4.370	1,8	276	3,2	197	11,5	36.398	21,4	7.733	15,8	4.618	14,3	213.263	22,8	72.227	20,6	6.863	14,1
Norte	83.026	86,6	39.979	76,6	15.444	56,9	193.012	80,4	6.320	72,7	792	46,3	125.896	74,2	20.814	42,5	11.801	36,6	534.180	57,0	162.619	46,4	19.056	39,1
TOTAL DO ESTADO	95.880	100,0	52.199	100,0	27.165	100,0	240.041	100,0	8.691	100,0	1.711	100,0	169.731	100,0	48.965	100,0	32.210	100,0	936.705	100,0	350.659	100,0	48.741	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná

As duas geadas que atingiram a cafeicultura do Paraná na década, a geada de 1964 e sobretudo a de 1969, causaram grande impacto, levando a que a área colhida em 1970 fosse de apenas 361 mil hectares (1,3 milhão de hectares em 1960). Ou seja, efeitos naturais e sociais se somam e conduziram a um processo de reconversão produtiva bastante intenso, que destruiu as relações de produção vigentes na cafeicultura, atingindo a estrutura fundiária, reduzindo o número de pequenas propriedades e ampliando a concentração fundiária.

A grande geada que atingiu os cafezais do Paraná em 1975 reforça a tendência das transformações em curso. Os elementos da dinâmica de povoamento e ocupação do Norte paranaense, núcleos urbanos e pequenas propriedades e uma atividade intensiva em mão-de-obra (o café) se desarticulam. Em 1980, o Censo Demográfico registra a enorme queda da população rural. Este também foi um processo geral no Estado, mas na região Norte as taxas negativas são maiores. Mesmo o crescimento da população urbana foi relativamente menor no Norte do que a média estadual. Além disso, o crescimento da população urbana concentra-se em alguns centros e inclusive há casos de pequenos núcleos urbanos que reduzem a população total.

A nova fase de acumulação na agricultura materializa-se nas novas condições técnicas – intensificação de capital fixo – e o produto que, naquele momento, reúne as condições para incorporar plenamente essas condições é a soja.

Tendo como referência a década de 1970 e considerando os principais produtos agrícolas, o que se vê é o grande avanço, em números absolutos e relativos, da área de soja e um avanço relativo da área de cana-de-açúcar (tabela 5).

TABELA 5 - ÁREA COLHIDA E VARIAÇÃO ABSOLUTA PARA PRODUTOS SELECIONADOS, NA REGIÃO NORTE PARANAENSE - 1970 E 1980

PRODUTO	ÁREA COLHIDA (ha)		VARIAÇÃO ABSOLUTA
	1970	1980	
Café	353.447	581.819	⁽¹⁾ 228.372
Algodão	359.912	236.108	- 123.804
Cana-de-açúcar	28.476	54.394	25.918
Soja	126.504	886.358	759.854
Alimentos ⁽²⁾	1.743.680	1.348.214	-395.466
TOTAL	2.612.019	3.106.893	494.874

FONTE: IBGE

(1) A colheita do café de 1970 foi condicionada pela geada de 1969. Em 1975, a área colhida de café recupera-se de modo importante, alcançando 873 mil hectares. Em 1980, em decorrência da geada de 1975 e do processo de reconversão produtiva, adequado à nova fase de acumulação, a área colhida de café cai para 582 mil ha, uma redução em relação ao ano de 1975 de 291 mil hectares.

(2) Compreende as áreas colhidas de milho, arroz, feijão e mandioca.

No caso da cana-de-açúcar, seu desempenho foi associado à implementação do PróAlcool, em novembro de 1975. Ainda que considerável, o desempenho da cana-de-açúcar ficou muito aquém do desempenho da soja. Enquanto a área colhida de cana quase dobrou, a área com soja multiplicou por sete.

Nesse período, 1970 a 1980, o número de estabelecimentos agropecuários da região Norte sofreu uma redução de 36%, o dobro do percentual de redução do Estado, 18% (tabela 6).

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL, SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO ESTADO - 1970 E 1980

DIVISÃO TERRITORIAL	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
	1970	1980		
Norte ⁽¹⁾	294.151	188.636	-105.515	-36
Demais regiões	260.317	266.227	5.910	2,3
Estado	554.468	454.863	-99.605	-18

FONTE: IBGE

(1) Inclui as microrregiões homogêneas de Campo Mourão, Norte Novíssimo de Umuarama e de Paranavaí, Norte Novo de Londrina, Maringá e Apucarana, Norte Velho de Jacarezinho e Wenceslau Braz e Algodoeira de Assaí.

Esse mesmo comportamento se verifica na variável pessoal ocupado, conforme tabela 7 a seguir.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO, VARIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL, SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO PARANÁ - 1970 E 1980

DIVISÃO TERRITORIAL	PESSOAL OCUPADO		VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
	1970	1980		
Norte ⁽¹⁾	1.077.674	1.011.125	813.511	-24,6
Demais regiões	903.797	1.068.049	1.000.017	10,6
Estado	1.981.471	2.079.174	1.813.528	-8,5

FONTE: IBGE

(1) Inclui as microrregiões homogêneas de Campo Mourão, Norte Novíssimo de Umuarama e de Paranavaí, Norte Novo de Londrina, Maringá e Apucarana, Norte Velho de Jacarezinho e Wenceslau Braz e Algodoeira de Assaí.

Como expressão da nova fase de acumulação, resultante das mudanças nas técnicas de produção e da ampliação do capital fixo no capital produtivo total, utilizou-se o número de tratores. No Estado, em apenas 10 anos, o parque de tratores agrícolas foi multiplicado por cinco. A região Norte, que contabilizou os maiores impactos em relação ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado viu o número de tratores crescer abaixo da média estadual. Ou seja, apesar do ritmo menos intenso de tecnificação, os impactos foram maiores devido, principalmente, ao fato de esses impactos ocorrerem sobre a atividade cafeeira.

Nas décadas de 1980 e 1990, até 2006, o que se observa é basicamente um aprofundamento da trajetória dos anos 1970. O padrão de acumulação da produção agropecuária não sofreu alteração nos seus determinantes fundamentais. Entretanto, observa-se, por exemplo, aumento da potência das máquinas e, por decorrência, da capacidade de produção. Também aumentam a escala de produção e a produtividade do trabalho, com os mesmos impactos na estrutura fundiária e no pessoal ocupado. Além disso, em relação aos produtos específicos, a soja continuou ampliando a área em todo o período e, mais recentemente, com o aumento do preço do petróleo, a introdução do motor *flex* para automóveis e a crescente campanha de preservação ambiental, o apoio à produção de biocombustíveis recolocou a produção de álcool como importante alternativa, gerando uma nova onda de investimentos na produção alcooleira.

O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

O final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte (anos 1970) constituíram um grande marco na dinâmica demográfica do Norte e do conjunto do Estado.

Nos anos que antecedem esse período, o Paraná se caracterizava por elevadas taxas de crescimento demográfico, vinculadas, em grande parte, ao considerável fluxo migratório para as suas áreas de fronteira agrícola, em especial para as da região Norte do Estado. O movimento ocupacional desta região ocorreu inicialmente de forma rápida e desordenada por migrantes estrangeiros, intensificando-se, especialmente no início do século XX, com a maior migração de paulistas, mineiros e nordestinos. É o período analisado anteriormente como sendo de processo de ocupação não dirigido. O crescimento do preço do café no mercado mundial estimulou o aumento de sua produção interna e, com ela, a migração de trabalhadores, particularmente no Norte do Paraná. Cabe notar que, com base em políticas governamentais de estímulo à ocupação do espaço paranaense, o baixo preço da terra estimulou a produção agrícola da região assentada na pequena e média propriedades.

Na década de 1930, com a introdução de outros produtos agrícolas, a exemplo do algodão, e a atuação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, os movimentos de ocupação no Norte do Estado passaram a ser mais organizados e planejados, em grande medida assentados na construção e desenvolvimento de rodovias e ferrovias, que possibilitavam o melhor escoamento da sua produção agrícola, num processo dirigido, como analisado anteriormente (PADIS, 2006).

Como consequência desse processo, observou-se um formidável crescimento econômico e demográfico da região que se estendeu até meados da década de 1960, resultando em um elevado crescimento populacional do Norte do Estado, o qual concentrou-se especialmente em sua área rural.

O volume de população residente no Norte do Estado e o seu ritmo de crescimento observado nas três décadas que antecederam ao marco demográfico demonstram claramente essa dinâmica. Entre 1940 e 1960, a população do norte paranaense aumentou mais do que seis vezes, passando de 340 mil, em 1940, para 974 mil em 1950, e 2.499 mil em 1960, e uma taxa anual de crescimento de 11,1% na década de 1940, 9,9% na década de 1950 e 4,1% na de 1960. Em 1960, cerca de três quartos desta população encontravam-se no meio rural (tabela 8).

TABELA 8 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - NORTE PARANAENSE E TOTAL DO PARANÁ - 1940 A 2007

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (mil hab.)				POPULAÇÃO URBANA (mil hab.)				POPULAÇÃO RURAL (mil hab.)				TAXA URBANIZAÇÃO ⁽¹⁾	
	Paraná		Norte		Paraná		Norte		Paraná		Norte		Paraná	Norte
	Tx. anual cresc.		Tx. anual cresc.		Tx. anual cresc.		Tx. anual cresc.		Tx. anual cresc.		Tx. anual cresc.			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
1940 ⁽²⁾	1.236	-	340	-	302	-	65	-	934	-	275	-	24,5	19,0
1950 ⁽²⁾	2.115	5,5	974	11,1	528	5,7	200	12,0	1.587	5,4	774	10,9	25,0	20,5
1960	4.268	7,3	2.499	9,9	1.306	9,7	504	11,7	2.962	6,4	1.895	9,4	31,0	24,2
1970	6.930	4,9	3.719	4,1	2.504	6,5	1.171	6,8	4.426	4,1	2.548	3,0	36,1	31,5
1980	7.629	1,0	3.184	-1,5	4.472	6,0	1.765	4,2	3.157	-3,3	1.419	-5,7	58,6	55,5
1991	8.449	0,9	3.237	0,2	6.198	3,0	2.369	2,7	2.251	-3,1	858	-4,5	73,4	73,2
2000	9.563	1,4	3.365	0,4	7.786	2,6	2.776	1,8	1.777	-2,6	589	-4,1	81,4	82,4
2007	10.285	1,0	3.479	0,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

(1) Taxa de urbanização = (População urbana/População total)*100.

(2) População presente.

Apesar disso, observava-se, nesse período, uma maior velocidade de crescimento da sua população urbana, em que pese o seu menor volume, apontando, já naquela época, para uma tendência ao aumento da urbanização da região e do Estado em seu conjunto. O número de municípios instalados no Norte do Estado era de 22, em 1940, dobrando em 1950, e chegando a 111 em 1960, muitos deles formados/organizados pela própria Companhia Melhoramentos, a qual tinha acumulado experiência no desenvolvimento de alguns municípios, a exemplo de Londrina (1934), Apucarana (1944) e Arapongas (1947).

As ações da Cia. Melhoramentos, especialmente a partir de meados da segunda metade dos anos 1940, ocorreram paralelamente à promulgação da Constituição Estadual de 1947, que estabeleceu critérios menos rígidos para a criação de novos municípios. Ademais, o

próprio processo de imigração e de crescimento econômico e de "vontade política", associado ao repasse de verbas estaduais às áreas fragmentadas e ao amplo espaço territorial do Estado pouco dividido, contribuíram para o aumento do número de municípios até o final dos anos 1960. Ressalte-se também que, na década de 1960, foi instituído importante estímulo adicional para a criação de novos municípios, qual seja: o repasse de maiores volumes de recursos federais aos estados quanto maior o número de municípios existentes (ALVES, 2006).

Esse intenso crescimento das áreas urbanas pode ser entendido a partir das funções a elas atribuídas sob a perspectiva da expansão cafeeira e da lógica da colonização patrocinada pela Melhoramentos. A ocupação e o processo de desenvolvimento urbano assentaram-se na criação de várias pequenas cidades, distantes cerca de quinze quilômetros umas das outras, havendo, hierarquicamente acima, alguns centros de atração maiores voltados ao comércio e à prestação de serviços (também relativamente equidistantes entre si, só que em maiores distâncias). Nesta concepção, surgiram os municípios de Londrina (1933), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955) e, em torno deles, inúmeros outros de menor tamanho, que, interligados por uma malha de transportes, favoreceram a comercialização de produtos e o desenvolvimento das próprias cidades.

Como já analisado anteriormente, as cidades de menor porte (aquelas com menos de 20 mil habitantes), que eram maioria na região, consolidaram-se com funções de agregar a produção agropecuária gerada no seu entorno, funções administrativas e, principalmente, função social como elemento agregador dos laços sociais. As cidades de porte intermediário (entre 20 e 50 mil habitantes), além de agregarem a produção agropecuária, desenvolveram também atividades comerciais e de serviços, porém de maior diversificação e qualidade.

Normalmente, o segmento industrial instala-se em grandes cidades (com mais de 50 mil habitantes), as quais, além de desenvolverem esta função, agregam também aquelas realizadas pelas pequenas e médias cidades, porém com um nível ainda maior de diversificação e qualificação, a exemplo das atividades que já eram desenvolvidas pelos municípios de Londrina e de Maringá. Há também a possibilidade de estas indústrias se aproveitarem das economias de aglomeração existentes nos municípios de maior porte.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 assistiu-se a uma reversão do padrão de crescimento demográfico da região Norte Paranaense, passando de uma região e Estado caracteristicamente "receptores" para "expulsores" de população. Já nos anos 1960, enquanto algumas microrregiões ainda apresentavam expressivo ritmo de crescimento populacional (tanto urbano quanto rural), a exemplo de Goioerê, 25,4% a.a., Umuarama, 13,3% a.a., e

Ivaiporã, 10,9% a.a., a maior parcela das demais regiões do Norte do Estado apresentavam estagnação e, até mesmo, redução em seu crescimento.

A taxa anual de crescimento populacional do Estado reduziu-se para 1,0% na década de 1970, enquanto a do total da região foi -1,5% a.a. Esta queda da taxa de crescimento populacional ocorreu em consequência da expressiva redução da população rural, que passou, no Paraná, de 4.425 mil pessoas, em 1970, para 3.157 mil em 1980, e, na região Norte, de 2.547 mil pessoas, em 1970, para 1.419 mil em 1980 (MARANHO et al., 1987).

Nesta década, o saldo migratório rural do Paraná foi negativo em cerca de 2,5 milhões de pessoas, superando, inclusive, outros Estados tradicionalmente "expulsores" de população, como Minas Gerais. Esta dinâmica demográfica conferiu ao Paraná o *status* de Estado que mais perdeu população rural nos anos 1970, e a Curitiba o de maior crescimento dentre todas as regiões metropolitanas do Brasil. Dos 2,5 milhões de pessoas que saíram do campo paranaense nesse período, cerca de 1,5 milhão deixou o Estado e 1,0 milhão migrou para o seu meio urbano, dos quais, aproximadamente, 479 mil para a RMC e cerca de 521 mil para outros centros urbanos como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, entre outros.

Na discussão dos fatores condicionantes das migrações internas, Singer analisa os fatores de expulsão e de atração de migrantes. No caso da região Norte do Estado, os fatores de expulsão vinculam-se mais a aspectos ligados à especialização da produção agrícola em poucas matérias-primas (soja, milho e pecuária) em substituição à produção de produtos que requerem menor produtividade (café) e demandam relativamente mais mão-de-obra.

Como uma das consequências, observou-se a "expulsão" de agregados, parceiros e outros trabalhadores agrícolas não-proprietários, reduzindo, conseqüentemente, o número de empregos gerados diretamente na atividade rural bem como nas atividades urbanas de suporte ao meio agrícola, principalmente nos menores municípios, gerando um considerável fluxo de emigração e conseqüente diminuição inicialmente do tamanho absoluto da população rural e, posteriormente, da população urbana (SINGER, 1985). Com as modificações técnicas de produção, elevando-se a produtividade, reduz-se a demanda por mão-de-obra, tornando excedente parte da força de trabalho existente.

Paralelamente, como fator de "atração", o resplendor das "luzes da cidade" tem sido sistematicamente colocado como um dos grandes alimentadores dos fluxos migratórios de destino de populações. A demanda por força de trabalho seguramente representa um dos principais "refletores destas luzes" que se cristalizam em "oportunidades econômicas" com melhores remunerações que possibilitem aos migrantes melhores condições de sobrevivência. Neste sentido, cabe notar que a demanda de emprego refere-se aos postos de trabalho

assalariados e às suas relações mais formalizadas, bem como a todo o tipo de trabalho definido pelo espaço econômico urbano (CIMINELLI; MARANHÃO, 1997).

Como consequência desse processo, em 1980 a região Norte do Estado já apresentava pouco mais da metade de sua população residindo no meio urbano (55,5%), pouco inferior aos 58,6% observados para o total do Estado.

Nesse período, o número de municípios instalados no Norte continuou aumentando: passou para 194, em 1970, e para 196 em 1980, um aumento de 76,6% em relação a 1960, embora esta não tenha sido uma prática em termos nacionais. Entre 1967 e 1987 foram estabelecidas novas regras para a criação de municípios, baseadas na Constituição Federal, que praticamente impediam os Estados de realizarem emancipações municipais.

No final dos anos 1970, com o início do processo de redemocratização brasileiro, foi retomada a criação de novos municípios no Estado, que voltou a ter poder nas decisões de emancipações municipais, o que ganhou maior impulso a partir de 1988, quando da ampliação de recursos fiscais federais para Estados e Municípios brasileiros, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além destes, os municípios também aumentaram as suas participações nos repasses estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Nos anos 1980, observou-se a continuidade da dinâmica demográfica da década anterior, embora em menor ritmo, qual seja, redução da população rural e aumento do processo de urbanização, tanto da região Norte como do conjunto do Paraná. Como resultado dessa dinâmica, nessa década a sua população total cresceu a uma taxa de 0,9% ao ano, enquanto a rural decresceu a uma taxa anual de -3,1%, e a urbana cresceu a uma taxa anual de 3,0%, consolidando ainda mais os maiores centros urbanos emergentes da década anterior. Na região Norte este processo foi ainda mais perverso: sua população total praticamente não cresceu (0,2% a.a.), enquanto a rural decresceu -4,0% a.a. diante de um crescimento de 2,7% a.a. da sua população urbana.

Na década de 1990, o Paraná e a sua região Norte voltaram a aumentar o seu ritmo de crescimento populacional, cujas taxas anuais de crescimento de 1,4% e 0,4%, respectivamente, superaram aquelas verificadas nas duas décadas anteriores (de 1970 e de 1980). As razões disso concentram-se na reunião de alguns fatores, como a compensação do menor ritmo do grau de urbanização frente a uma redução do ritmo de perda da população rural. Deve-se ressaltar que nos 1990, embora tenha ocorrido a manutenção da dinâmica demográfica das décadas anteriores, qual seja, saída de pessoas do meio rural para o meio urbano dos grandes centros, o Estado e a Região retomam o seu papel de receptores de

população, tendo em vista a migração de retorno de pessoas que saíram em anos anteriores e a de "novos" migrantes que viram no urbano do Paraná e sua região Norte uma alternativa.

Ressalte-se que a migração de retorno teve como destino principal o urbano dos grandes municípios, como as regiões metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá, e não os pequenos municípios.

Como resultado, chegou-se ao ano de 2000 com uma população total de 9,6 milhões de pessoas, no Paraná, e de 3,4 milhões no Norte do Estado, com taxas de urbanização de 81,4% e 82,5% respectivamente, o que significa dizer que, em trinta anos, a população rural do Paraná reduziu-se em mais de 50%, enquanto a população urbana praticamente triplicou. No Norte, nesse mesmo período, sua população rural diminuiu em mais de 75%, enquanto a urbana mais que dobrou.

Paralelamente, o número de municípios instalados no Norte do Estado continuou aumentando: chegou a 187, em 1991, e a 211 em 2000, mantendo-se até 2007. O que se observou no decorrer dos anos, especialmente na região Norte do Estado, foi a pulverização de pequenos municípios, que nada mais eram que vilas ou distritos de municípios maiores que deram origem à instalação de novos municípios. Estas vilas ou distritos, em sua maioria, já desenvolviam as suas funções de cidades de menor porte inseridas na rede urbana do Norte do Estado e, na maioria das vezes, a sua fragmentação territorial seguiu uma lógica determinada pelo seu processo de colonização. Especialmente a partir dos anos 1980, percebe-se que não há uma lógica claramente definida em termos de articulação entre os vários municípios. Muitos deles, conforme salientado anteriormente, têm apresentado taxas negativas de crescimento populacional (MOURA e ULTRAMARI, 1994 apud ALVES, 2006).

Nos anos 2000, os dados populacionais registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da contagem populacional realizada em 2007 não possibilitam uma maior análise do período, tendo em vista as limitações e a reduzida abrangência das informações disponibilizadas. Mesmo assim, os dados disponíveis permitem afirmar que em 2007 a população do Estado aumentou para 10,3 milhões de pessoas, e a do Norte para 3,5 milhões, resultando em um menor ritmo de crescimento do total da população do Estado (1,0% a.a.) e em especial de sua região Norte (0,5% a.a.) no período de 2000 a 2007.

Cabe notar que, embora a região Norte apresente um menor ritmo de crescimento populacional, a maioria de suas microrregiões geográficas apresentou redução absoluta ou pequeno crescimento populacional, enquanto as micro de Londrina, Maringá e Apucarana cresceram a taxas superiores à média do Estado.

Na região Norte do Estado, entre 1991 e 2007, houve um aumento de 26 municípios com menos de 20 mil habitantes, passando de 155, em 1991, para 181 em 2007, o que resultou em uma maior participação destes no total de municípios da Região (passou de 82,9%, em 1991, para 85,8% em 2007), seguindo a tendência observada para as demais regiões do Estado. Por sua vez, neste mesmo período, os maiores municípios (acima de 20 mil habitantes) instalados no Norte tiveram reduzido o seu número (de 32 para 30), em face de um aumento deste nas demais regiões do Estado. Paralelamente, observou-se uma redução de população nos menores municípios da Região (de 39,2 mil pessoas), frente a um aumento na dos maiores municípios (268,9 mil pessoas), o que também ocorreu nas demais regiões do Estado (tabela 9).

Tal fato pode estar indicando que o processo de esvaziamento populacional dos pequenos municípios foi mais intenso no Norte paranaense durante esse período, se comparado com as demais regiões do Estado, influenciando, inclusive, a dinâmica de municípios de maior porte, que chegaram a reduzir as suas populações.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao ano de 2006 indicam que a população urbana do Estado representava 83,9% do seu total, ou seja, o processo de urbanização observado em anos anteriores continuou nos anos 2000, sugerindo que tenha ocorrido o mesmo no Norte Paranaense.



TABELA 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE E NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POR TAMANHO DO MUNICÍPIO, SEGUNDO AS REGIÕES E PARANÁ - 1991 E 2007

REGIÃO	TAMANHO DO MUNICÍPIO POR HABITANTES												VARIAÇÃO 2007/1991					
	1991						2007											
	< 20 mil		> 20 mil		Total		< 20 mil		> 20 mil		Total		< 20 mil		> 20 mil		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
N.º de Habitantes																		
Norte	1.385.725	42,6	1.863.599	57,4	3.249.324	100,0	1.346.515	38,7	2.132.468	61,3	3.478.983	100,0	-39.210	-	268.869	-	229.659	-
Demais regiões	938.642	16,3	4.815.838	83,7	5.754.480	100,0	1.295.593	19,0	5.509.927	81,0	6.805.520	100,0	356.951	-	694.089	-	1.051.040	-
Paraná	2.324.367	16,3	6.679.437	83,7	9.003.804	100,0	2.642.108	19,0	7.642.395	81,0	10.284.503	100,0	317.741	-	962.958	-	1.280.699	-
N.º de Municípios																		
Norte	155	82,9	32	17,1	187	100,0	181	85,8	30	14,2	211	100,0	26	-	-2	-	24	-
Demais regiões	88	64,7	48	35,3	136	100,0	136	72,3	52	27,7	188	100,0	48	-	4	-	52	-
Paraná	243	75,2	80	24,8	323	100,0	317	79,4	82	20,6	399	100,0	74	-	2	-	76	-

FONTE: IBGE

Ao longo do tempo, essa dinâmica demográfica e o processo de urbanização observado no Norte do Estado resultaram em uma maior participação da sua população no total da população do Estado até a década de 1960 e em uma reversão desta participação até o período mais recente (tabela 10 e gráfico 1).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NORTE
NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO - 1940/2007

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1940 ⁽¹⁾	27,5	21,3	29,5
1950 ⁽¹⁾	46,1	37,8	48,8
1960	58,4	45,5	64,3
1970	53,7	46,7	57,5
1980	41,7	39,5	45,0
1991	38,3	38,2	38,4
1996	36,1	36,4	35,1
2000	35,2	35,7	33,1
2007	33,8	-	-

FONTE: IBGE

(1) População residente.

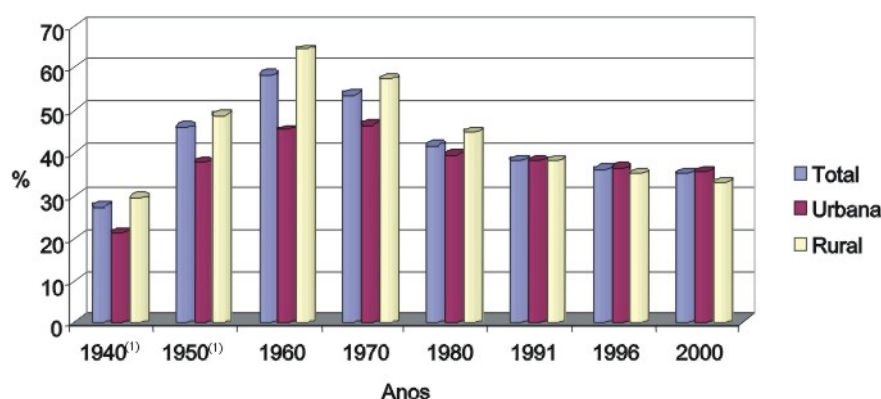


GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NORTE NA POPULAÇÃO DO
PARANÁ - 1940-2000

FONTE: IBGE

(1) População residente.

De modo geral, pode-se dizer que a velocidade e intensidade desses movimentos ocorridos no Estado e, em particular, no Norte Paranaense, transformaram o seu cenário urbano, fruto das novas exigências do capital na busca de espaços mais propícios ao processo de acumulação em larga escala.

Ao lado do esvaziamento populacional do campo, o movimento em direção ao urbano tornou-o cada vez mais concentrado, criando espaço para o desenvolvimento de atividades em moldes capitalistas, usurpando as possibilidades de persistência de várias atividades artesanais, desenvolvidas sob moldes não-capitalistas e desvinculadas da lógica do capital.

Ao mesmo tempo, a busca do urbano ocorreu no contexto de se identificar novas oportunidades de trabalho. No entanto, o movimento do capital com base em novas formas de produção não permitiu a absorção produtiva de todo o contingente de trabalhadores que para lá se dirigiu. Cada vez mais um número maior de trabalhadores é aliado do núcleo capitalista de produção, restando-lhe atuar nas franjas do sistema, inserindo-se em atividades marginais, o que lhe tira muitas vezes as mínimas condições de acesso à cidadania.

O processo de promoção de concentração industrial em alguns núcleos urbanos está inserido na necessidade de possibilitar a produção em larga escala, imposição do próprio movimento do capital na busca de ampliação da sua capacidade de acumulação.

No Paraná, as cidades de maior porte apresentam um processo de concentração populacional respondendo a este movimento, enquanto as cidades de pequeno porte, estagnadas após a destruição das pequenas propriedades que lhe davam sustentação, passam a ser o retrato da superexploração do trabalho agrícola – o bóia-fria, residente nas periferias, símbolo da pobreza e da falta de perspectivas de solução para o grave problema gerado na esteira dos movimentos do capital.

Alguns núcleos urbanos, distantes da possibilidade de arregimentar o grande capital, vêm surgir inúmeras pequenas e médias empresas, normalmente em setores industriais mais tradicionais e ligados principalmente à atividade agropecuária, indústria têxtil, de alimentos, madeireira, de extração de minerais não-metálicos.

A dívida social gerada ao longo de décadas de concentração de renda, ausência de políticas sociais compensatórias, reduzidos investimentos em infra-estrutura social urbana e baixa capacidade de geração de emprego, aquém das exigências impostas pelo crescimento da oferta de mão-de-obra, faz parte não somente do cenário das grandes metrópoles.

O espaço urbano, servindo ao avanço do capital, passou a mostrar esse retrato em todos os seus segmentos. Até mesmo "as cidades pequenas e de economia estagnada [...] viram crescer à sua volta um cinturão de pobreza", fruto das alterações das relações de trabalho no campo, impostas pelas necessidades de avanço do capital.

Ademais, algumas dessas mesmas pequenas cidades, num passado mais recente, têm experimentado a instalação de segmentos industriais especificamente vinculados ao processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar e cujos efeitos sobre a sua dinâmica urbana se fazem sentir, na maioria das vezes, com poucas compensações à população ali residente.

A OPORTUNIDADE DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A dinâmica das atividades produtivas na região Norte Paranaense tem levado à continuidade do processo de migração, mesmo ao longo dos anos 1990. A predominância das culturas temporárias com base no trabalho assalariado e da pecuária, associada à existência de poucas etapas de industrialização e à concentração da posse da terra, reduziram significativamente as possibilidades de absorção produtiva desta população. Segundo Boisier, a decisão da migração parte do princípio da existência ou não de oportunidades de melhoria nas condições de vida.

Reconhece-se, cada vez mais, o fato simples e irrefutável de que a realização do projeto de vida de cada indivíduo depende significativamente do comportamento do entorno em que ele vive. A avaliação periódica – e muitas vezes negativa – dessa relação constitui, pelo menos em parte, motivo para muitas decisões de migração. (BOISIER, 1996, p.112).

Assim, certa estagnação econômica que vem caracterizando os municípios sobretudo de menor porte da região Norte Paranaense tem levado à continuidade do processo de migração. Há, assim, no Paraná, uma concentração cada vez maior da população em grandes municípios.

Nesse sentido, pode-se esperar que a série de novos investimentos no setor sucroalcooleiro nesta região venha estimular a retomada do crescimento econômico? As bases desta retomada dependerão de uma articulação dos atores locais no sentido de se definir uma nova estratégia de desenvolvimento regional, ou, então, representar apenas mais um ciclo sem capacidade de alavancar um desenvolvimento sustentado.

Políticas ativas de desenvolvimento regional devem não apenas fazer parte do arcabouço local como também ser contempladas nos programas estaduais e nacionais. O enfrentamento do caos social que vem sendo gestado nos municípios de maior porte, principalmente nas áreas metropolitanas, pode ter como uma de suas premissas um projeto nacional de desenvolvimento regional que devolva dinamismo e defina novas funções aos municípios de menor porte. Sob esta perspectiva, a participação dos atores sociais passa a assumir papel fundamental.

Segundo Boisier, o cenário contextual do desenvolvimento regional resulta da interação dos processos de abertura comercial e globalização (BOISIER, 1996). No caso específico do Paraná, a abertura comercial e a necessidade de gerar superávits na balança comercial conduziram à busca de aumento de produtividade no setor agrícola, principalmente naquele atrelado ao desempenho das *commodities*. A atividade agropecuária da região Norte Paranaense esteve vinculada ao desempenho de poucos produtos, soja, trigo, milho, carne

bovina, frango, cuja dinâmica tem obedecido cada vez mais à demanda internacional. Observou-se uma especialização produtiva cada vez maior, redução dos requisitos de mão-de-obra, redução das funções dos pequenos municípios, muitos deles ilhados em meio às grandes propriedades agropecuárias. A busca de competitividade tornou-se o carro-chefe do processo de desenvolvimento do setor naquela região.

Ainda nesse contexto, sob a égide da globalização, o Norte passou a apresentar volumes crescentes de exportação de produtos primários, com pouco grau de elaboração, reduzindo assim as possibilidades de transformar os pequenos centros urbanos através do processo de industrialização e comercialização desses bens, agregando-lhes valor e conferindo novas funções àquele espaço.

A forma como ocorreu a fragmentação do território paranaense, principalmente a partir dos anos 1980, pode ter contribuído ainda mais para reduzir as possibilidades de aperfeiçoar mecanismos de desenvolvimento regional. A criação de novos municípios, como já comentado, atendia a interesses relacionados à divisão de recursos e ampliação de poder político. O isolamento desses territórios, necessário principalmente do ponto de vista político-eleitoreiro, dificultava a interlocução entre os vários municípios, não lhes permitindo maior grau de flexibilidade na busca de novas estratégias de desenvolvimento regional. Ficavam, assim, adstritos a iniciativas pontuais de desenvolvimento, muitas vezes associadas a estratégias com base em paradigma do "centro para baixo", introduzindo elementos que mais contribuíam para desorganizar o território do que realmente para o seu desenvolvimento. Este pode ser o caso das novas destilarias e usinas de álcool e açúcar. De um modo geral, estão sendo implantadas em áreas com reduzida oferta de mão-de-obra, fruto da elevada migração de décadas anteriores, mesmo a menos qualificada, sem nenhum tipo de articulação com as prefeituras locais ou outras instâncias políticas.

A desarticulação dos atores locais tem se traduzido na hegemonia da lógica da competitividade mesmo no que se refere ao mercado de trabalho. A proposição de um novo modelo de desenvolvimento regional que busque romper com esse isolamento e com a conseqüente desarticulação de políticas passa pelo engajamento dos atores sociais em torno de um "projeto político regional". A criação de poder político se obtém por intermédio do consenso político, da explicitação de uma cultura da cooperação. (BOISIER, 1996). Nesse sentido, a experiência da Terceira Itália discutida por Robert Putnam é uma evidência clara da importância da prática da cooperação e do consenso político na definição de novas estratégias de desenvolvimento.

Passa, desta forma, pela elaboração de uma nova proposta de desenvolvimento regional, um novo projeto político, que rearticule aquelas regiões, que lhes dê uma identidade, estruturada a partir do engajamento dos atores sociais. A busca de competitividade dos territórios sob este novo paradigma traz subjacente a noção de planejamento estratégico, um conceito tomado emprestado da estratégia de administração de grandes empresas. Contudo, de um modo geral, o processo de crescimento da produção na região Norte Paranaense, tal como descrito anteriormente, parece comprometer esse novo paradigma. Os municípios, de um modo geral, carecem de articulação funcional entre seus departamentos, e desconhecem mecanismos simples de planejamento. A acelerada migração dos anos 1970 em diante desarticulou os atores locais, que não dispõem de sistemas de informação que agilizem a tomada de decisões.

A esse respeito, há diversos organismos que em princípio foram idealizados com essa função. No caso do Paraná, há associações de municípios, as quais teriam a função de articular o processo de desenvolvimento regional a partir dos municípios que fazem parte da sua base de atuação. Entretanto, de um modo geral essas associações têm uma atuação mais formal e clientelista. Conforme Costa, ao se referir a uma destas associações que representa alguns municípios do Norte Paranaense,

a AMUNOP [Associação dos Municípios do Norte do Paraná], apesar de apresentar característica de pólo de desenvolvimento, parece um pouco anestesiada, pois a mesma atende mais a demanda política e auxílio jurídico a questões regionais de desenvolvimento (COSTA, 2008).

Os governos municipais mostram-se, de um modo geral, apáticos, submetidos à hierarquia dentro da instância regional, sem conseguir articular um novo projeto de desenvolvimento regional. Essa apatia parece ser o resultado de todo o processo de desarticulação dos territórios introduzido pela substituição do café pela soja e pecuária, reflexo da própria apatia dos atores sociais. Uma sociedade que busca a melhoria da qualidade de vida na migração, e não na discussão de um novo modelo de desenvolvimento da região, que não tem compromisso nem identidade com a região em que está inserida, não conseguirá ser a alavanca desse novo modelo. Sem isso, qualquer proposta de desenvolvimento regional estará descolada da realidade sociocultural do município/região e não conseguirá se converter numa estratégia de desenvolvimento endógeno.

O novo ciclo de crescimento da atividade sucroalcooleira no Brasil vem apresentando um relativo direcionamento para investimentos no Paraná. Nos anos 1970 e 1980, o Programa Proálcool acusou rebatimentos no Paraná, sendo construídas diversas usinas, produzindo conjuntamente açúcar e álcool, sob uma tecnologia diferente dos investimentos atuais. Havia,

inclusive, uma série de incentivos estatais, haja vista a busca de uma alternativa ao petróleo que desde o primeiro choque do início dos anos 1970 comprometeu seriamente a balança de pagamentos brasileira e sua matriz energética. Esses investimentos ocorreram em um momento de mudança drástica da estrutura produtiva do Norte do Estado, pouco sendo discutido sobre seus impactos na estrutura da região. Ademais, o modelo de desenvolvimento estava alicerçado sob outro paradigma.

Ao se observar o movimento de expansão atual da cana-de-açúcar e sua industrialização sobre o Norte do Estado, pode-se estar diante de uma nova possibilidade de desenvolvimento. Cabe indagar até que ponto esse novo movimento de expansão da cana pode constituir um espaço para o estabelecimento de mecanismos de desenvolvimento regional assentados sob o paradigma do desenvolvimento endógeno. Apesar de ser um processo que está ocorrendo à revelia da sociedade regional, ele pode ser apreendido por ela e redirecionado, buscando atender aos preceitos de um novo projeto de desenvolvimento. A sociedade, a economia e as instituições locais estariam preparadas para isto?

A observação dos municípios que foram objeto do projeto do PróAlcool pode sinalizar caminhos a serem seguidos. Alguns municípios onde estão instaladas as usinas mais antigas do Norte Paranaense apresentam uma elevada submissão às receitas geradas por esses empreendimentos. A dinâmica local é definida basicamente a partir dos movimentos desses empreendimentos. O mercado de trabalho caminha *pari passu* com a demanda dessas usinas. Qualquer modificação externa no mercado do álcool e do açúcar refletirá automaticamente na dinâmica local. As sociedades locais estão à mercê do seu desempenho. Efetivamente não se observa a consolidação de um projeto de desenvolvimento regional que busque aproveitar as externalidades positivas desses empreendimentos ao mesmo tempo que lhes possibilite assumir o comando do seu futuro.

É assim, por exemplo, com o município de Paranacity. A sua dinâmica local está fortemente assentada ao desempenho da Usina Santa Terezinha. A Agência do Trabalhador municipal apresenta, em sua entrada, longas listas de chamada para trabalho na usina. Profissionais de todos os municípios ao redor se deslocam para se oferecer a estes postos de trabalho. Há reduzidas possibilidades de organização desses trabalhadores na tentativa de se encontrar uma forma de comandar o processo. A desorganização do território é flagrante.

As finanças municipais, principalmente dos pequenos municípios, mostram-se fortemente dependentes dos repasses do governo federal, principalmente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – ver tabela anexa. A instalação de novos empreendimentos nestes municípios complementares à atividade sucroalcooleira pode contribuir para reduzir a

sua dependência desses recursos, assim como para assumir uma nova política de desenvolvimento. O tamanho diminuto da maioria dos municípios do Norte Paranaense dificulta que neles se busquem os mais básicos serviços. De modo geral, a administração pública tem papel fundamental na geração de emprego e renda. Se apenas o aumento da arrecadação proporcionasse a melhoria das condições de vida da população local, isto não justificaria alguns municípios com usinas dos anos 1980 apresentarem IDH-M relativamente baixo. Assim, o mesmo município de Paranaity, que possui usina instalada desde o período do PróAlcool, apresentava um IDH-M de 0,742 em 2000. O gasto por habitante era próximo a R\$ 1.000,00, em 2006, e o comprometimento das receitas públicas com o repasse do FPM era de 34,9%. Ou seja, a instalação da usina não significou *per se* melhoria das condições de vida e a instalação de um novo modelo de desenvolvimento.

A pulverização da urbanização da região, fruto de uma política de colonização que procurava atender aos interesses da atividade cafeeira nos moldes do processo produtivo vigente naquele momento, levou ao reforço da função municipal. A fragmentação que se seguiu nas décadas seguintes e a redução expressiva da sua população resultaram na desarticulação dos atores locais e no enfraquecimento das instâncias municipais. Para a recuperação da articulação e consolidação de um modelo de desenvolvimento regional coletivo é necessário consolidar uma nova ordem institucional, supramunicipal, que assuma a liderança deste processo. Constitui uma tentativa de estabelecer um "governo regional", de tal forma a estimular as especificidades de cada município, caminhando juntos num mesmo sentido. A utilização dos novos recursos gerados poderia, assim, transformar realidades locais a partir de um movimento coletivo.

De um modo geral, então, vários fatores podem ser identificados nos municípios da região que dificultam a definição de uma nova estratégia de desenvolvimento regional calcada nos preceitos do desenvolvimento endógeno: falta de articulação política; não participação dos atores sociais locais/pouca identificação com a região; inadequação das instituições a este novo paradigma; inexistência de uma cultura de desenvolvimento que associe cooperação com uma visão competitiva no sentido de tornar a sua região mais favorável aos novos investimentos; precariedade em vários recursos que se tornariam pré-condição para alicerçar o novo projeto; desconhecimento ou passividade em relação ao seu entorno. Considerando estes fatores como os mais relevantes, há que se buscar uma estratégia regional para o estabelecimento de novas alternativas de desenvolvimento assentadas nas possibilidades que se abrem com o avanço do setor sucroalcooleiro na região.

Primeiramente, há que se considerar o aumento de arrecadação proporcionado pelos novos empreendimentos. Segundo, dever-se-ia procurar aumentar as possibilidades de complementaridade com o setor sucroalcooleiro. Terceiro, estabelecer um novo tipo de inter-relacionamento entre os vários pequenos municípios, elevando a importância das instâncias supramunicipais, tais como as associações de municípios e os consórcios intermunicipais. Quarto, estimular a participação dos atores locais na formulação e condução das políticas de desenvolvimento, principalmente estabelecendo um projeto que reforce e valorize a identidade regional. Quinto, estabelecer novas estratégias político-administrativas de gestão pública, particularmente através do planejamento estratégico.

A especialização no fornecimento de serviços poderia representar uma das bases desse "novo desenvolvimento". Municípios na faixa entre 2.500 e 10.000 habitantes, maioria entre os municípios da região, não conseguem, sozinhos, fornecer adequadamente serviços de qualidade e com maior grau de sofisticação. O isolamento em que se encontram culmina com a precariedade de oferta de serviços públicos e privados, comprometendo a melhoria da qualidade de vida e a complementaridade com a atividade sucroalcooleira. Mesmo considerando o aumento de receita pública advinda da instalação dos novos empreendimentos, este não tem sido suficiente para alicerçar um novo modelo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.47-71, jul./dez. 2006.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, jun.1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

CASSEL, Guilherme. O Brasil e a crise mundial de alimentos. **Folha de São Paulo**, 04 maio 2008, p.A3.

CIMINELLI, R. R.; MARANHO, E. J. As luzes da cidade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento, Economia. Estado Sociedade**, Curitiba, n.90, p.3-14, jan./abr. 1997.

COSTA, Ricardo Dalla. **Desenvolvimento regional**: AMUNOP – Associação dos Municípios do Norte do Paraná. Disponível em: <http://www.faficp.br/departamentos/d_economia/rdcosta/txt/ar-rc02.pdf>. Acesso em: 24 maio 2008.

MARANHO, E. J. et al. Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte Paraná. **Boletim Geográfico**, n.25, 1945.

MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, n.22, mar. 1956.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. 2.ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

RIBEIRO, Suzana Kaln; MATTOS, Laura Bedeschi Rego de. **A importância do setor de transporte rodoviário no aquecimento global**: o caso da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ivig.coppe.ufrj.br/doc/anpet.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. 10.ed. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXO

ANEXO 1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PARANAENSE QUE SEDIAM DESTILARIAS OU USINAS

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (Contagem) 2007	IDH-M 2000	PIB <i>PER CAPITA</i> 2005 (R\$)	ARRECADADAÇÃO (2006) (R\$)	ARRECADADAÇÃO <i>PER CAPITA</i> (R\$)	GASTOS MUNICIPAIS (2006) (R\$)	GASTOS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> (R\$)	% FPM NAS RECEITAS CORRENTES (2005)	% FPE NAS RECEITAS CORRENTES (2005)
Nova Londrina	12.619	0,762	8.566,00	11.517.486,73	912,71	11.401.736,36	903,54	34,3	21,3
Paranacity	9.513	0,742	9.904,00	9.324.990,39	980,24	9.319.596,79	979,67	34,9	28,6
São Carlos do Ivaí	5.817	0,738	11.337,00	7.408.061,14	1.273,52	7.344.156,34	1.262,53	40,0	27,5
Terra Rica	14.405	0,746	6.086,00	12.815.725,52	889,67	12.095.351,07	839,66	36,7	14,4
Ivaté	7.792	0,751	10.362,00	8.702.606,76	1.116,86	7.893.488,70	1.013,02	38,5	28,9
Pérola	9.334	0,759	7.176,00	7.293.922,00	781,44	6.828.130,00	731,53	44,6	16,3
Umuarama	95.153	0,8	8.949,00	81.243.516,76	853,82	86.142.898,13	905,31	-	-
Cidade Gaúcha	10.468	0,749	10.570,00	10.940.859,38	1.045,17	10.906.744,55	1.041,91	29,4	28,6
Jussara	6.090	0,768	10.988,00	8.014.214,47	1.315,96	7.739.872,08	1.270,91	39,6	28,8
Rondon	9.023	0,734	10.614,00	9.254.180,34	1.025,62	8.945.890,82	991,45	35,6	31,9
São Tomé	5.279	0,738	12.563,00	8.273.409,82	1.567,23	7.502.090,34	1.421,12	40,7	28,0
Tapejara	14.498	0,73	9.112,00	13.203.442,46	910,71	12.527.142,30	864,06	39,1	22,8
Engenheiro Beltrão	13.867	0,762	9.795,00	12.976.116,42	935,76	12.560.447,31	905,78	34,0	31,6
Astorga	24.191	0,75	9.018,00	23.505.761,35	971,67	20.414.417,75	843,88	35,0	25,6
Colorado	21.049	0,782	10.964,00	20.848.037,23	990,45	19.788.620,25	940,12	25,1	24,9
Santo Inácio	4.876	0,738	11.301,00	48,9	22,4
Florestópolis	11.571	0,726	5.213,00	8.387.220,31	724,85	8.655.901,39	748,07	48,0	20,3
Porecatu	14.174	0,785	7.552,00	12.533.964,21	884,29	12.463.409,25	879,31	39,3	17,2
Marialva	30.017	0,784	8.052,00	27.454.265,98	914,62	26.175.574,37	872,02
Maringá	325.968	0,841	14.400,00	354.380.170,50	1.087,16	350.253.555,40	1.074,50	8,6	14,1
Jandaia do Sul	19.534	0,783	8.606,00	16.796.132,47	859,84	16.432.919,86	841,25	38,5	19,1
Rolândia	53.437	0,784	12.306,00	46.377.421,59	867,89	44.272.413,09	828,50
São Pedro do Ivaí	9.569	0,745	10.807,00	8.556.416,73	894,18	8.806.450,97	920,31	32,7	32,7
Bandeirantes	32.290	0,756	6.766,00	24.633.630,54	762,89	20.384.419,21	631,29	33,4	17,2
Nova América da Colina	3.298	0,716	7.628,00	5.101.675,35	1.546,90	4.757.718,68	1.442,61	57,1	22,6
Cambará	23.956	0,769	10.172,00	16.384.359,00	683,94	15.520.748,00	647,89
Jacarezinho	39.327	0,782	9.874,00	28.347.757,00	720,82	27.482.206,00	698,81	29,8	22,6
Ibaiti	28.050	0,687	6.618,00	31,5	16,9
Projetos									
Paranapoema	2.656	0,706	7.403,00	5.104.468,93	1.921,86	5.042.779,24	1.898,64	60,6	9,6
Paranavaí	79.110	0,787	8.458,00	50.323.697,70	636,12	47.532.640,05	600,84
Santa Cruz de Monte Castelo	7.924	0,708	6.456,00	8.161.031,26	1.029,91	7.801.041,32	984,48	41,0	21,1
Santo Antônio do Caiuá	2.692	0,75	6.695,00	4.926.880,85	1.830,19	4.872.294,93	1.809,92	64,1	10,8
Sertaneja	5.894	0,786	13.491,00	9.860.272,54	1.672,93	10.175.348,62	1.726,39	31,4	31,5

FONTE: IBGE/STN/IPARDES